

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 023/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) EM ATENDIMENTO AOS ORGAOS DEMANDANTES.

Modalidade: Concorrência Eletrônica - Art. 29, III, da Lei nº 14.133/2021.

Critério de Julgamento: Técnica e Preço: $NF = (NT \times 0,70) + (NP \times 0,30)$
– art. 36, II, Lei nº 14.133/2021.

Modo de Disputa: Fechado - Art. 56, Inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Licitação com Reserva de Cotas para ME/EPP: Não.

Licitação com cota exclusiva: Não.

Ampla Participação: Sim.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2026

1. PREÂMBULO

O **CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS**, CNPJ n. 19.493.732/0001-99, com endereço na Praça Antônio Alves da Costa, n. 300, Vila São Pedro, cidade de Araxá/MG, neste ato representado pelo seu Presidente o Sr. Frederico Ozanan Rangel – Prefeito Municipal de Santa Rosa da Serra/MG por intermédio de seu Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 002/2026, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com **Modo de Disputa Fechado** pelo critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**, visando a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA UTILIZANDO METODOLOGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING) EM ATENDIMENTO AOS ORGAOS DEMANDANTES**, caracterizada e especificada no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

1.1. O sistema eletrônico utilizado será o www.licitanet.com.br.

1.2. A sessão pública será realizada observando-se os seguintes horários (Brasília/DF) e datas para os procedimentos:

Data do Certame:	23 de junho de 2026
Recebimento das Propostas:	Início dia 23/06/2026
	Fim: 08h29min do dia 23/06/2026
Início Sessão:	08h30min do dia 23/06/2026

O horário de encerramento da sessão ficará a critério do Agente de contratação, de acordo com as necessidades provindas do andamento da referida concorrência.

2. BASE LEGAL

2.1. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), em especial: art. 5º (princípios), art. 6º, XVIII, alíneas 'a', 'd' e 'h' (serviços de engenharia e arquitetura), art. 9º (impedimentos), art. 14 (restrições à participação), art. 15 (consórcios), art. 17 (inversão de fases), art. 18 (ETP e TR), art. 23 (estimativa de preços), art. 29, III (Concorrência para serviços especiais), art. 36, II (Técnica e Preço), arts. 67 a 70 (habilitação técnica), arts. 82 a 86 (SRP), art. 90 (consórcios e subcontratação), arts. 92 e 135 (reajuste), arts. 96 a 99 (garantias), arts. 104 a 107 (prerrogativas e vigência), art. 117 (gestão e fiscalização), arts. 155 a 163 (sanções administrativas), art. 164 (impugnações) e art. 165 (recursos);

2.2. Decreto Federal nº 11.462, de 28 de março de 2023 – regulamenta o SRP no âmbito da Administração Pública federal (aplicação subsidiária ao CIMINAS enquanto consórcio público de direito público);

2.3. Decreto Federal nº 9.983, de 22 de agosto de 2019 – Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling (Estratégia BIM-BR);

2.4. Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 – Consórcios Públicos;

2.5. Resolução CONFEA nº 1.128, de 31 de agosto de 2020 – Tabela de Honorários de Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia;

2.6. Resolução CAU/BR nº 21, de 5 de abril de 2012 – Tabela de Honorários de Arquitetura e Urbanismo;

2.7. Resoluções CONFEA nº 98/2021 e nº 126/2022; Resoluções CAU/BR nº 096/2020 e nº 169/2021 – registro e responsabilidade técnica;

2.8. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;

2.9. Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022 – qualificação técnica em serviços de engenharia;

2.10. Normas ABNT aplicáveis: NBR 6118 (concreto armado), NBR 7190 (estruturas de madeira e aço leve), NBR 8800 (estruturas de aço), NBR 9062 (pré-moldados), NBR 9050 (acessibilidade), NBR 15220 (desempenho térmico), NBR 15575 (desempenho de edificações), NBR 16868 (alvenaria estrutural), ISO 19650-1 e 19650-2 (gestão da informação da construção – BIM), ISO 16739-1:2018 (formato IFC);

2.11. Resolução RDC ANVISA nº 50/2002 e atualizações – projetos de estabelecimentos de saúde;

2.12. Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU): Acórdãos 2.622/2013-P, 1.498/2014-P, 1.827/2015-P, 2.052/2022-P, 1.009/2023-P, 2.297/2011-P, 825/2015-P, 1.284/2015-P, 2.441/2015-P, 1.481/2019-P; Súmulas 257 e 286;

2.13. Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG): Súmula nº 73; Acórdão 1.043/2020-Segunda Câmara; Acórdão 863/2019-Plenário; Acórdão 887/2018-Plenário; Deliberação Normativa nº 1/2021 e nº 3/2021.

3. JUSTIFICATIVA DETALHADA DA MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

3.1. A adoção da modalidade de Concorrência Eletrônica, em detrimento do Pregão Eletrônico, fundamenta-se nos seguintes argumentos jurídicos e técnicos, cumulativamente:

- **FUNDAMENTO LEGAL DIRETO:** O art. 29, III, da Lei nº 14.133/2021 determina que a Concorrência é obrigatória para a contratação de bens e serviços especiais. Os serviços de arquitetura e engenharia com metodologia BIM enquadram-se como serviços especiais nos termos do art. 6º, XXII, por demandarem conhecimento técnico especializado, execução individualizada e avaliação qualitativa das propostas;
- **NATUREZA INTELECTUAL PREDOMINANTE:** Cada projeto BIM é resultado de criação intelectual única, personalizada ao programa de necessidades, à topografia, ao clima, à tipologia e às normas setoriais de cada município. Não há possibilidade de padronização que permita julgamento objetivo exclusivamente pelo preço (TCU, Acórdão 2.052/2022-P, rel. Min. Jorge Oliveira);
- **IMPOSSIBILIDADE DO PREGÃO:** O art. 29, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 veda expressamente o uso do Pregão para serviços que, por suas características, não possam ser comparados por critério objetivo de menor preço. Serviços de engenharia consultiva BIM, pela variabilidade de escopo, metodologia, equipe e entregáveis, não admitem tal comparação objetiva (TCE-MG, Súmula nº 73);
- **NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO TÉCNICA QUALITATIVA:** A metodologia BIM exige avaliação do Plano de Trabalho, das certificações e da experiência da equipe, e do portfólio de projetos – elementos que só podem ser aferidos por critério Técnica e Preço, jamais por menor preço (TCU, Acórdão 1.498/2014-P);
- **PRECEDENTE DA IMPUGNAÇÃO ACOLHIDA:** A impugnação formulada em 09/04/2026 ao Pregão Eletrônico nº 009/2026 foi integralmente acolhida, reconhecendo a inadequação da modalidade Pregão para este objeto. A Concorrência Eletrônica é a modalidade de reposição obrigatória.

3.2. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO TÉCNICA E PREÇO

3.2.1. A ponderação de 70% para a nota técnica e 30% para a nota de preço justifica-se porque:

- A qualidade do projeto BIM impacta diretamente o custo e a qualidade da obra executada, sendo o investimento em boa proposta técnica economicamente superior;
- A metodologia BIM é, por natureza, resultado da capacidade técnica da equipe e da maturidade dos processos da empresa, que somente podem ser aferidos pela proposta técnica;
- O TCU e o TCE-MG reconhecem a proporcionalidade da ponderação 70/30 para contratos de engenharia consultiva de alta complexidade (TCU Ac. 1.498/2014-P; TCE-MG Ac. 1.043/2020-Segunda Câmara).

3.2.2. A adoção do critério de julgamento técnica e preço mostra-se adequada à presente contratação, tendo em vista tratar-se de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura com uso da metodologia BIM, caracterizados por elevada complexidade e natureza predominantemente intelectual.

3.2.3. O entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) é pacífico no sentido de que o critério de menor preço não é o mais adequado para contratações dessa natureza, devendo a Administração privilegiar a qualidade técnica quando esta for determinante para o alcance do interesse público.

3.2.4. Nesse sentido, destacam-se os seguintes acórdãos:

- **Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário:**

O TCU consignou que o tipo **técnica e preço** é recomendável para serviços de natureza intelectual, nos quais a qualidade técnica da proposta impacta diretamente o resultado da contratação.

- **Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário:**

Estabelece que, em serviços técnicos especializados, a utilização exclusiva do critério de menor preço pode comprometer a execução contratual, sendo mais adequada a adoção de critérios que considerem a capacitação técnica do licitante.

- **Acórdão nº 1.631/2011 – Plenário:**

Destaca que a Administração deve justificar a escolha do tipo de licitação com base na complexidade do objeto, sendo o critério técnica e preço apropriado quando a avaliação qualitativa for essencial.

- **Acórdão nº 192/2016 – Plenário:**

Reforça que serviços de engenharia consultiva, projetos e atividades técnicas especializadas exigem análise qualitativa das propostas, recomendando a combinação entre técnica e preço.

3.2.5. Adicionalmente, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 36, prevê expressamente a utilização do critério de técnica e preço para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

3.2.6. No contexto da metodologia BIM, a necessidade de avaliar aspectos como interoperabilidade, coordenação multidisciplinar, níveis de desenvolvimento (LOD) e experiência comprovada reforça a inadequação do critério de menor preço isolado.

3.2.7. Dessa forma, a adoção do critério de julgamento técnica e preço encontra respaldo na legislação vigente e na jurisprudência do TCU, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, com equilíbrio entre qualidade e custo, e mitigando riscos de falhas na execução contratual.

3.3. O SRP poderá ser utilizado na modalidade descrita para a contratação, centralizada por entidade gerenciadora (CIMINAS) e executada de forma descentralizada pelos Órgãos ou Entidades Participantes, no caso os Municípios interessados e eventuais entes que vierem a requerer a adesão ao SRP, na forma e tempo previstos em lei e neste Edital, inclusivamente com

preços diferentes por lote, se for o caso, conforme indicado e se observa no estabelecido nos artigos seguintes da Lei 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023:

"Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - A quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III –A possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) Por outros motivos justificados no processo;

Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - Existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

Decreto nº 11.462/2023

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

VII - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes;"

3.4. A utilização da ARP é reconhecida pelo TCE/MG conforme entendimento apresentado na resposta à Consulta n. 885.865 - PROCEDIMENTO DE CARONAS, A legalidade da adesão a ata de registro de preços é reconhecida por este Tribunal, desde que observados os requisitos formais,

elucidados nos pareceres emitidos nas Consultas n. 757978 e 885865, dentre os quais a realização de pesquisa de preço e a demonstração da vantajosidade.

CONSULTA - CÂMARA MUNICIPAL - A) SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REALIZADA POR OUTROS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS - POSSIBILIDADE - REQUISITOS - B) CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIAMÓVEL - REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO CONJUNTA ENTRE ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES GOVERNAMENTAIS - POSSIBILIDADE - NECESSIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS SEREM FIRMADOS POR CADA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE, LEGALIDADE, ISONOMIA E EFICIÊNCIA. (TCE-MG - CONSULTA: XXXXX, Relator.: CONS. JOSÉ ALVES VIANA, Data de Julgamento: 20/11/2013, Data de Publicação: 14/01/2014).

3.5. As empresas que desejarem participar da **"CONCORRÊNCIA" deste SRP**, devem acessar o sítio www.licitanet.com.br.

3.6. O edital e seus anexos poderão ser baixados por *download* no sítio do LICITANET (www.licitanet.com.br e ciminas.mg.gov.br/licitacoes).

3.7. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser obtidas através de protocolo de pedido de esclarecimentos diretamente pelo site www.licitanet.com.br, sob pena de não conhecimento, **com antecedência mínima de 03 (três) dias do Início da Sessão de Disputa de Preços**.

3.8. Toda a documentação será apensada ao presente processo licitatório e para cada etapa será elaborada uma ata.

3.9. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o CIMINAS, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.10. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

4. OBJETO, JUSTIFICATIVA E ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS

4.1. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa ou consórcio de empresas especializado em serviços técnicos de arquitetura e engenharia com metodologia BIM (Building Information Modeling), para elaboração de projetos técnicos completos – incluídas as disciplinas de arquitetura, estrutura, instalações prediais (elétrica, hidrossanitária, gás, climatização, gases medicinais, cabeamento, automação, SPDA e CFTV), infraestrutura (terraplanagem, drenagem, pavimentação, iluminação pública), levantamentos geoespaciais, planejamento 4D e 5D, compatibilização interdisciplinar, e atividades conexas de gerenciamento BIM – para edificações e intervenções de uso público destinadas aos municípios consorciados ao CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS, em qualquer sistema construtivo indicado pelo município contratante.

4.2. NATUREZA DO OBJETO – ELABORAÇÃO DE PROJETOS: Este processo licitatório contrata EXCLUSIVAMENTE serviços técnicos de elaboração de projetos BIM. NÃO se contrata execução de obras, fornecimento de materiais ou equipamentos. O sistema construtivo de cada edificação (estrutura metálica, concreto armado, pré-moldado, painéis sanduíche, alvenaria estrutural, sistema misto ou qualquer outro) é definido pelo município contratante na Ordem de Serviço específica, conforme seu planejamento e disponibilidade orçamentária. O contratado deve estar apto a elaborar projetos BIM para qualquer dos sistemas construtivos indicados.

4.3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: Os municípios consorciados ao CIMINAS carecem de infraestrutura técnica interna para elaboração de projetos executivos complexos com metodologia BIM, conforme levantamento de necessidades consolidado no Estudo Técnico Preliminar. A metodologia BIM, instituída como política pública pelo Decreto Federal nº 9.983/2019, é obrigatória para obras federais e recomendada para municípios, trazendo benefícios comprovados: redução de até 35% nos conflitos de projeto, precisão orçamentária superior a 90% e redução de aditivos por erros de projeto. O SRP é o regime adequado porque os municípios demandam projetos em momentos distintos e em quantitativos que dependem da liberação orçamentária anual, tornando impossível a definição prévia de quantitativos exatos (art. 82, IV, Lei nº 14.133/2021).

4.4. TABELA DE ITENS DO SRP – QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS: Os quantitativos abaixo são estimados com base no Mapa de Demandas dos Municípios Consorciados e no Mapa de Preços. Os quantitativos estimados NÃO vinculam o CIMINAS nem os municípios a contratações determinadas (art. 82, § 4º, Lei nº 14.133/2021).

ITEM	QTDE	UNID.	CÓD.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / SERVIÇO	VR. UNIT. (R\$)	VR. TOTAL (R\$)
LEVANTAMENTO DIAGNÓSTICO TÉCNICO E CADASTRAL						
1	20.000,0000	km²	24400	DISPONIBILIZAÇÃO DE IMAGENS E DADOS GEOESPACIAIS ADQUIRIDOS POR SATÉLITES	R\$ 174,3800	R\$ 3.487.600,00
2	200,0000	km²	24401	AQUISIÇÃO DE IMAGENS E DADOS GEOESPACIAIS POR SENSORES AEROTRANSPORTADOS	R\$ 5.129,1700	R\$ 1.025.834,00
3	20.200,0000	km²	24402	PROCESSAMENTO E COMPATIBILIZAÇÃO DOS DADOS GEOESPACIAIS ADQUIRIDOS	R\$ 7,0700	R\$ 142.814,00
4	90.000,0000	m²	24403	LEVANTAMENTO COM SCANLASER	R\$ 35,9900	R\$ 3.239.100,00
PROJETOS TÉCNICOS EMBIM (BUILDING INFORMATION MODELING)						
5	45.000,0000	m²	24404	PROJETO DE ARQUITETURA EM BIM	R\$ 165,5200	R\$ 7.448.400,00
6	45.000,0000	m²	25130	PROJETO DE ARQUITETURA HOSPITALAR EM BIM	R\$ 166,5200	R\$ 7.470.900,00
7	45.000,0000	m²	24405	PROJETO ESTRUTURAL METALICO EM BIM	R\$ 128,9900	R\$ 5.804.550,00
8	45.000,0000	m²	25131	PROJETO ESTRUTURAL EM CONCRETO EM BIM	R\$ 128,9900	R\$ 5.804.550,00
9	90.000,0000	m²	24406	PROJETO ELÉTRICO EM BIM	R\$ 128,8900	R\$ 11.600.100,00
10	90.000,0000	m²	24407	PROJETO HIDROSSANITÁRIO EM BIM	R\$ 90,4300	R\$ 8.138.700,00
11	90.000,0000	m²	24408	PROJETO DE GÁS EM BIM	R\$ 31,0900	R\$ 2.798.100,00
12	45.000,0000	m²	24409	PROJETO DE GASES MEDICINAIS	R\$ 48,5000	R\$ 2.182.500,00
13	90.000,0000	m²	24410	PROJETO DE VENTILAÇÃO E AR-CONDICIONADO EM BIM	R\$ 39,6200	R\$ 3.565.800,00
14	45.000,0000	m²	24411	PROJETO DE PRESSURIZAÇÃO E EXAUSTÃO EM BIM	R\$ 28,7800	R\$ 1.295.100,00
15	180.000,0000	m²	24412	PROJETO TERRAPLANAGEM EM BIM	R\$ 15,6300	R\$ 2.813.400,00

16	90.000,0000	m²	24413	PROJETO DE DRENAGEM PROFUNDA EM BIM	R\$ 17,5900	R\$ 1.583.100,00
17	90.000,0000	m²	24414	PROJETO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$ 14,6200	R\$ 1.315.800,00
18	90.000,0000	m²	24415	PROJETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 14,6200	R\$ 1.315.800,00
19	90.000,0000	m²	24416	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM BIM	R\$ 14,1400	R\$ 1.272.600,00
20	90.000,0000	m²	24417	PROJETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA – RDU	R\$ 16,2100	R\$ 1.458.900,00
21	90.000,0000	m²	24418	PROJETO ILUMINAÇÃO PÚBLICA – REDE EXCLUSIVA IP	R\$ 14,9900	R\$ 1.349.100,00
22	90.000,0000	m²	24419	PLANEJAMENTO 4D	R\$ 46,3700	R\$ 4.173.300,00
23	90.000,0000	m²	24420	PLANEJAMENTO 5D	R\$ 46,3700	R\$ 4.173.300,00
24	90.000,0000	m²	24421	COMPATIBILIZAÇÃO EM BIM	R\$ 14,0400	R\$ 1.263.600,00
TREINAMENTO TÉCNICO DE EQUIPES						
25	120,0000	h	24422	REVIT – INTRODUÇÃO E INTERFACE DO REVIT	R\$ 1.979,2700	R\$ 237.512,40
26	120,0000	h	24423	REVIT – MODELAGEM 3D PARA ARQUITETURA	R\$ 1.894,4200	R\$ 227.330,40
27	120,0000	h	24424	REVIT – CRIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ARQUITETURA	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
28	120,0000	h	24425	REVIT – MEP – HIDROSSANITÁRIO (BÁSICO)	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
29	120,0000	h	24426	REVIT – MEP – ELÉTRICA (BÁSICO)	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
30	120,0000	h	24427	REVIT – MEP – MECÂNICA (BÁSICO)	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
31	120,0000	h	24428	REVIT – CRIAÇÃO DE FAMÍLIAS MEP	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
32	120,0000	h	24429	REVIT – DOCUMENTAÇÃO AVANÇADA	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
33	120,0000	h	24430	REVIT – ESTRUTURAL BÁSICO	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
34	120,0000	h	24431	REVIT – ESTRUTURAL AVANÇADO	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
35	120,0000	h	24432	REVIT – ESTUDO DE MASSAS	R\$ 1.802,6900	R\$ 216.322,80
36	120,0000	h	24433	NAVISWORKS – NAVIS BÁSICO	R\$ 1.979,2700	R\$ 237.512,40
37	120,0000	h	24434	NAVISWORKS – NAVIS AVANÇADO	R\$ 1.979,2700	R\$ 237.512,40
38	120,0000	h	24435	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – BUILD	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
39	120,0000	h	24436	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – DOCS	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
40	120,0000	h	24437	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – TAKEOFF	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
41	120,0000	h	24438	AUTODESK CONSTRUCTION CLOUD – COLLABORATE	R\$ 1.981,8400	R\$ 237.820,80
42	120,0000	h	24439	OUTROS – ROBOT STRUCTURAL ANALYSIS	R\$ 1.978,6100	R\$ 237.433,20
43	120,0000	h	24440	OUTROS – CIVIL 3D BÁSICO	R\$ 1.966,9700	R\$ 236.036,40
44	120,0000	h	24441	OUTROS – CIVIL 3D AVANÇADO	R\$ 1.966,9700	R\$ 236.036,40
45	120,0000	h	24442	OUTROS – INFRAWORKS	R\$ 1.993,5300	R\$ 239.223,60
46	120,0000	h	24443	OUTROS – DYNAMO	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
47	120,0000	h	24444	OUTROS – FORMIT	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
48	120,0000	h	24445	OUTROS – RECAP	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
49	120,0000	h	24446	OUTROS – INSIGHT	R\$ 1.985,9600	R\$ 238.315,20

50	120,0000	h	24447	OUTROS – 3DS MAX	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
51	120,0000	h	24448	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – INTRODUÇÃO A CONCEITOS E PROCESSOS EM BIM	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
52	120,0000	h	24449	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – GESTÃO DE PESSOAS E CULTURA	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
53	120,0000	h	24450	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – GESTÃO DA INFORMAÇÃO, QUALIDADE E INDICADORES	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
54	120,0000	h	24451	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PROTOCOLOS E NORMAS BIM DE OBRAS PÚBLICAS	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
55	120,0000	h	24452	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – ESTUDOS DE VIABILIDADE E ANÁLISES	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
56	120,0000	h	24453	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PROCESSOS E FLUXOS DE PROJETOS	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
57	120,0000	h	24454	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PROCESSOS DE ORÇAMENTAÇÃO	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
58	120,0000	h	24455	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – PLANEJAMENTO E UTILIZAÇÃO DO BIM NA OBRA	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
59	120,0000	h	24456	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – IMPLEMENTAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EM BIM	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
60	120,0000	h	24457	COORDENAÇÃO E GESTÃO BIM – GESTÃO DE CONTRATOS	R\$ 1.883,9200	R\$ 226.070,40
GESTÃO DE NÚCLEO TÉCNICO BIM - GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DE OBRAS						
61	5.280,0000	h	24458	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 163,8800	R\$ 865.286,40
62	5.280,0000	h	24459	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 134,1800	R\$ 708.470,40
63	13.200,0000	h	24460	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 127,9900	R\$ 1.689.468,00
64	5.280,0000	h	24461	ARQUITETO DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 135,1900	R\$ 713.803,20
65	5.280,0000	h	24462	ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 127,9900	R\$ 675.787,20
66	13.200,0000	h	24463	ARQUITETO DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 120,2900	R\$ 1.587.828,00
67	26.400,0000	h	24464	TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 36,0500	R\$ 951.720,00
68	13.200,0000	h	24465	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 47,8500	R\$ 631.620,00
69	13.200,0000	h	24466	TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 50,8100	R\$ 670.692,00
70	13.200,0000	h	24467	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 22,5300	R\$ 297.396,00
71	5.280,0000	h	24468	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES.	R\$ 24,0800	R\$ 127.142,40
72	200,0000	KM²	24470	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA DE SENSORIAMENTO REMOTO E GEOPROCESSAMENTO.	R\$ 437,3000	R\$ 87.460,00
73	200,0000	KM²	24471	SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE ANÁLISES DE IMPACTOS AMBIENTAIS.	R\$ 644,7400	R\$ 128.948,00
SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA						
74	12,0000	serv.	24472	SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO ANUAL DA PLATAFORMA WEBGIS INTEGRADA AO BIM.	R\$ 99.056,0000	R\$ 1.188.672,00
75	124,0000	serv.	24473	SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO ANUAL DE APLICATIVO MÓVEL DE COLETA DE DADOS GEOESPACIALIZADOS.	R\$ 5.248,1700	R\$ 650.773,08
BDI DE ACORDO COM TCU E TCE-MG						
76	1,0000	taxa	24937	BDI – REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA COM METODOLOGIA BIM.	R\$ 30.013.272,40 00	R\$ 30.013.272,40
VALOR TOTAL ESTIMADO						133.901.373,48

4.5. Cada município consorciado contratará, por Ordem de Serviço específica emitida com base na ARP, apenas os itens de que necessitar para cada intervenção. Nenhum item é obrigatório para todos os municípios. A ARP registrará preços unitários por item, garantindo flexibilidade e eficiência do SRP (art. 82, § 3º, Lei nº 14.133/2021).

4.6. ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA BIM-BR: Esta contratação implementa, no âmbito dos municípios consorciados ao CIMINAS, os objetivos da Estratégia Nacional BIM (Decreto Federal nº 9.983/2019), em especial: (I) difusão do uso do BIM na Administração Pública Municipal; (II) capacitação de servidores em BIM; (III) geração de banco de dados integrado de projetos públicos; e (IV) contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 9, 11 e 13).

4.7. A presente demanda contempla os entes que manifestaram intenção de registro de preço quais sendo:

01	PATROCÍNIO
02	BAMBUÍ
03	CAMPOS ALTOS
04	COROMANDEL
05	NEPOMUCENO
06	PLANURA
07	PRESIDENTE OLEGÁRIO
08	SACRAMENTO
09	SERRA DO SALITRE
10	TUPACIGUARA
11	CAMPO FLORIDO
12	DORESÓPOLIS
13	ESTRELA DO INDAIÁ
14	ESTRELA DO SUL
15	INDIANÓPOLIS
16	LAGAMAR
17	MORADA NOVA DE MINAS
18	PEDRINÓPOLIS
19	PIMENTA
20	PRATÁPOLIS
21	SANTANA DA VARGEM
22	SANTA ROSA DA SERRA
23	SÃO ROQUE DE MINAS
24	TAPIRA
25	TAPIRAÍ
26	TIROS
27	VARJÃO DE MINAS
28	VARGEM BONITA
29	JAPARAÍBA
30	ITAPECERICA

5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. As disposições aplicáveis ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e às eventuais adesões observarão o previsto na minuta da Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

5.2. O Sistema de Registro de Preços compreende o conjunto de procedimentos destinados à realização, mediante contratação direta ou por licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, à execução de obras e à aquisição ou locação de bens destinados a contratações futuras.

5.3. Neste certame deverão ser observadas as disposições legais pertinentes, considerando que a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições lhe facultado promover licitação específica, desde que devidamente motivada.

5.4. Por se tratar de licitação na modalidade Concorrência para Registro de Preços, os Municípios consorciados poderão contratar os quantitativos que julgarem necessários, não havendo obrigação de contratação integral ou parcial dos itens registrados. As contratações dependerão do interesse público, da conveniência administrativa, da demanda de obras e serviços e da disponibilidade orçamentária e financeira.

5.5. Na licitação para Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária não é requisito obrigatório, sendo exigida apenas no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil equivalente.

5.6. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados. Os contratos decorrentes observarão os prazos e condições estabelecidos na própria Ata.

6. DO AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Neste certame foi obedecido o disposto no Caput do Artigo 86º da Lei Federal de nº 14.133/2021, quando foi devidamente publicado no Site do CIMINAS o Aviso de Manifestação de Intenção de Registro de Preços, tendo sido publicado no dia 25/10/2025, obedecendo o prazo legal;

7. DA REALIZAÇÃO DE CONCORRÊNCIA NA FORMA ELETRÔNICA

7.1. Conforme o Termo de Referência, o presente processo licitatório será conduzido na forma eletrônica, em consonância com as disposições do artigo 17, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

“Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

...

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

8.1. DA PARTICIPAÇÃO E DOS CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

8.1.1. DA PARTICIPAÇÃO GERAL: Poderão participar deste certame quaisquer pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras com representação legal no Brasil, registradas nos conselhos profissionais competentes (CREA e/ou CAU), que: (I) atendam a todas as exigências deste Edital e seus Anexos; (II) não se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021; e (III) estejam em plena regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica. Não há restrição de porte, origem geográfica, regime tributário ou forma jurídica, sendo vedada qualquer exigência não prevista neste Edital (art. 10, Lei nº 14.133/2021).

8.1.2. DOS CONSÓRCIOS DE EMPRESAS: É EXPRESSAMENTE PERMITIDA a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos dos arts. 15 e 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:

- Apresentação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, com identificação da empresa LÍDER, responsável pela representação do consórcio perante o CIMINAS e solidária com as demais consorciadas pelos atos praticados em conjunto;
- A empresa LÍDER deve atender individualmente, no mínimo, a 40% (quarenta por cento) dos requisitos de qualificação técnico-operacional e econômico-financeira;
- Cada empresa consorciada deve atender individualmente e integralmente às exigências de habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista;
- Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos acervos técnicos das consorciadas;
- Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores patrimoniais de cada consorciada, com acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre os índices mínimos exigidos no Edital (art. 90, § 2º, Lei nº 14.133/2021);
- É vedada a participação de empresa consorciada em mais de um consórcio ou, simultaneamente, de forma isolada no mesmo certame (art. 15, § 2º, III);
- O vencedor obriga-se a formalizar o consórcio perante o Cartório competente antes da assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação;
- A substituição de consorciada após a adjudicação é vedada sem autorização expressa do CIMINAS, condicionada à comprovação de capacidade técnica e financeira equivalente ou superior pela substituta.

8.1.3. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO (art. 14, Lei nº 14.133/2021):

- Pessoa física ou jurídica que se encontre em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, salvo comprovação, nos termos do art. 99, de que o plano de recuperação foi homologado judicialmente e a empresa possui plena capacidade para cumprir as obrigações;
- Pessoa jurídica constituída por sócio ou administrador que, por qualquer razão, seja servidor ou dirigente do CIMINAS ou de qualquer município consorciado participante, ou que com eles mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil;
- Empresa cujo sócio ou administrador tenha vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau) com servidor que atue na licitação ou na gestão do contrato;
- Pessoa jurídica que tenha elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) ou o Termo de Referência (TR) deste processo, exceto as hipóteses do art. 9º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;
- Sociedade que tenha participado como consorciada, controlada ou coligada de empresa que se encontre nas situações anteriores;
- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente (com trânsito em julgado) por exploração de trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo ou contratação ilegal de adolescentes;
- Pessoa jurídica suspensa de licitar ou contratar com o CIMINAS ou com qualquer ente público participante do processo em comento, ou declarada inidônea nos termos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, constante dos cadastros CEIS e CNEP;
- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

9. DO CREDENCIAMENTO JUNTO AO PORTAL E REGISTRO CADASTRAL

9.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia de informação, com plena visibilidade para o Agente de Contratação e Equipe de Apoio e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – Internet.

9.2. A realização do procedimento estará a cargo da Administração, do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, e da Administradora da Concorrência Eletrônica, através do Portal LICITANET, provedor do sistema de compras eletrônicas, através da Rede Mundial de Computadores.

9.3. Para participar do certame, a licitante deve providenciar o seu credenciamento junto ao site www.licitanet.com.br, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

9.4. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.licitanet.com.br.

9.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

9.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

9.7. É de responsabilidade da licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente edital devendo:

9.7.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.7.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

9.7.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da Concorrência na forma eletrônica.

9.7.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

9.8. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9.9. O Licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

9.10. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

9.11. Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

9.11.1. Que está ciente e concorda com às condições contidas no Edital e seus anexos;

- 9.11.2.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 9.11.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 9.11.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- 9.11.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 9.11.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 9.11.7.** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 9.11.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com o auxílio da equipe de apoio, nomeados através da Portaria nº 002/2026, art. 8º § 5º da Lei nº 14.133/ 2021:

“Art. 8º. A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.”

10.2. É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

10.2.1. Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

10.2.1.1. Comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

10.2.1.2. Estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

10.2.1.3. Sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

10.2.1.4. Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, local e modalidade de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

10.2.1.5. Opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

10.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

10.4. As vedações do subitem 10.3. estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório da Concorrência neste SRP e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para Início da Sessão de Disputa de Preços, na forma do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.”

11.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório da Concorrência no SRP, no prazo de 03 (três) dias úteis e observada a forma a que alude o parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, bem como poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos seus anexos, bem como ao Departamento requisitante do objeto do certame:

“Art. 164

....

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”

11.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificações do ato convocatório da Concorrência, além das alterações decorrentes, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame, se for o caso. Quando a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes, não haverá a reabertura de prazo.

11.4. Os pedidos devem ser protocolizados diretamente pelo site www.licitanet.com.br, sob pena de não conhecimento.

11.5. A impugnação não possui efeito suspensivo, assim sendo, o proponente/licitante que interpor a impugnação não estará impedido de participar do certame.

11.6. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da Concorrência, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12. DA HABILITAÇÃO

12.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.2.1. Os documentos a seguir serão exigidos para demonstração da personalidade jurídica da licitante:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da sede;
- No caso de sociedade empresária ou LTDA: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial, com indicação dos administradores em exercício;
- No caso de sociedade por ações (S.A.): ata de eleição e posse da atual diretoria, publicada no Diário Oficial;
- No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com documento comprobatório dos administradores;
- No caso de empresa estrangeira: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, com procuração com poderes especiais para receber citações e responder judicial e administrativamente no Brasil;
- Inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, compatível com as atividades do objeto licitado.

12.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Prova de regularidade perante a Fazenda Federal – Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND Conjunta RFB/PGFN), que abrange a Seguridade Social (antigo INSS);
- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo TST;
- Certidão de regularidade junto ao CREA e/ou CAU com jurisdição na sede do licitante, dentro do prazo de validade, demonstrando habilitação para execução de serviços de engenharia e/ou arquitetura compatíveis com o objeto.

NOTA: Para consórcios, cada integrante deverá apresentar individualmente todos os documentos acima, exceto a certidão CREA/CAU, que poderá ser apresentada pela empresa líder.

12.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL – ART. 67, I, LEI Nº 14.133/2021

12.3.1. A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico permanente na data da sessão pública, ao menos 1 (um) profissional com registro ativo no CREA ou no CAU da jurisdição de sua sede, responsável técnico pelos serviços objeto desta licitação.

12.3.2. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO: Admite-se qualquer das seguintes formas de comprovação, a critério da licitante:

- Vínculo empregatício (CLT): cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, com registro do empregador, ou ficha de registro de empregado;
- Vínculo societário: contrato social, estatuto ou ato constitutivo que indique o profissional como sócio ou administrador;

- Contrato de prestação de serviços: contrato de prestação de serviços autônomos com vigência que cubra o período de execução do contrato decorrente da ARP, acompanhado de declaração do profissional confirmando o vínculo;
- Para consórcios: o profissional pode ser vinculado a qualquer das empresas consorciadas, desde que devidamente identificado.

12.3.3. NOTA OBRIGATÓRIA – VEDAÇÃO DE ART/RRT NA HABILITAÇÃO: É expressamente VEDADA a exigência de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT – CAU) na fase de habilitação. A emissão de ART/RRT é exigível apenas APÓS a adjudicação, como condição para o início da execução de cada contrato decorrente da ARP. Fundamento: Súmula 286-TCU; Acórdão 2.622/2013-P-TCU; Acórdão 1.043/2020-Segunda Câmara - TCE-MG.

12.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL – ART. 67, II, LEI Nº 14.133/2021

12.4.1. A licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (CAT) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado(s) no CREA ou CAU competente, comprovando experiência em ao menos UM dos itens da tabela abaixo (critérios ALTERNATIVOS entre si, não cumulativos):

Item	Cód.	Disciplina / Serviço	Qtde total no objeto	Qtde mínima exigida (50%)	Vr. referência 100% (R\$)	Fundamento legal
5	24404	Projeto de Arquitetura em BIM – edificações de uso coletivo público ou privado	45.000 m²	22.500 m²	R\$ 7.448.400,00	Art. 69, § 1º, Lei 14.133/2021: máx. 50% do objeto
6	25130	Projeto de Arquitetura Hospitalar em BIM – estabelecimentos de saúde (público ou privado) conforme RDC ANVISA 50/2002	45.000 m²	22.500 m²	R\$ 7.470.900,00	Art. 69, § 1º, Lei 14.133/2021
7	24405	Projeto Estrutural Metálico em BIM – estruturas em aço para edificações de uso coletivo	45.000 m²	22.500 m²	R\$ 5.804.550,00	Art. 69, § 1º, Lei 14.133/2021
8	25131	Projeto Estrutural em Concreto Armado ou Pré-Moldado em BIM – edificações de uso coletivo	45.000 m²	22.500 m²	R\$ 5.804.550,00	Art. 69, § 1º, Lei 14.133/2021
9	24406	Projeto Elétrico e de Telecomunicações em BIM – edificações de uso coletivo	90.000 m²	45.000 m²	R\$ 11.600.100,00	Art. 69, § 1º, Lei 14.133/2021
10	24409	Projeto Hidrossanitário em BIM – edificações de uso coletivo	90.000 m²	45.000 m²	R\$ 8.138.700,00	Art. 69, § 1º, Lei 14.133/2021

12.5. ALTERNATIVA FINANCEIRA PARA HABILITAÇÃO: O licitante poderá, alternativamente a qualquer dos 6 (seis) itens acima, comprovar aptidão por meio de atestado(s) cujo somatório de VALORES seja igual ou superior a R\$ 5.356.054,94 (cinco milhões trezentos e cinquenta e seis mil cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), correspondentes a 4% (quatro por cento) do Valor Global Estimado de R\$ 133.901.373,48 (cento e trinta e três milhões novecentos e um mil trezentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos), referentes a serviços de engenharia, arquitetura e/ou BIM de qualquer disciplina, expedidos por pessoas jurídicas públicas ou privadas. Fundamento: art. 67, II, Lei nº 14.133/2021 c/c art. 10 (princípio da competitividade); TCU Acórdão 2.297/2011-P.

12.6. REGRAS DE ADMISSIBILIDADE DOS ATESTADOS

- O somatório de atestados de contratos distintos (datas e contratantes diferentes) é EXPRESSAMENTE ADMITIDO para composição do quantitativo ou valor mínimo exigido, nos termos do art. 67, II, Lei nº 14.133/2021 e TCU Acórdão 1.827/2015-P;
- São aceitos atestados relativos a projetos de edificações de uso coletivo PÚBLICO OU PRIVADO – não é exigido que a edificação seja pública para fins de habilitação;
- Os atestados podem ser apresentados em nome da matriz ou de qualquer filial da empresa licitante;
- Para consórcios: o somatório dos acervos técnicos de todas as consorciadas é admitido, desde que identificadas nominalmente;
- São aceitos atestados referentes a contratos em andamento, desde que comprovado percentual de execução igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do objeto contratado;
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou CAU é exigida para serviços com ART/RRT obrigatória. Para os demais serviços (Grupos 3, 4 e 5), admite-se atestado simples com identificação do contratante e descrição do serviço prestado;
- O CIMINAS se reserva o direito de efetuar diligência para verificar a autenticidade dos atestados, contatar os emissores e solicitar cópias dos contratos de referência (art. 64, § 1º, Lei nº 14.133/2021);
- Não são aceitos atestados emitidos por empresa controladora, controlada, coligada ou com sócio em comum com a licitante, salvo se acompanhados de laudo pericial que demonstre a efetiva independência das partes.

12.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – ART. 69, LEI Nº 14.133/2021

12.7.1 ÍNDICES FINANCEIROS (critério principal):

Índice	Sigla	Fórmula	Mínimo exigido	Fundamento	Observação
Liquidez Corrente	ILC	AC / PC	≥ 1,00	Art. 69, I, Lei 14.133/2021	AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante
Solvência Geral	SG	AT / (PC + PELP)	≥ 1,00	Art. 69, I, Lei 14.133/2021	AT = Ativo Total PELP = Passivo Exigível de Longo Prazo
Liquidez Geral	ILG	(AC + ARLP) / (PC + PELP)	≥ 1,00	Art. 69, I, Lei 14.133/2021	ARLP = Ativo Realizável de Longo Prazo

12.7.2. Os índices serão calculados com base no último Balanço Patrimonial exigível em lei, apresentado na forma legal, e comprovados por declaração assinada por contador legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, atestando os valores calculados.

12.7.3. Empresas constituídas no exercício corrente apresentarão o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

12.7.4. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

12.7.5. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.7.6. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

12.7.7. Comprovação de que a Licitante possui patrimônio líquido mínimo equivalente não inferior a 10% (dez por cento) do valor global estimado.

12.7.8. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

12.7.9. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

12.7.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§ 1º do art. 65 da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.7.11. Declarações Obrigatórias:

- Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação (art. 63, I, Lei nº 14.133/2021);
- Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar e contratar (art. 14 e arts. 155 a 163, Lei nº 14.133/2021);
- Declaração de não emprego de menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de não emprego de menores de 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos (art. 7º, XXXIII, CF/1988);
- Declaração de que conhece e aceita integralmente as condições do Edital e seus Anexos;
- Declaração de sustentabilidade ambiental, social e econômica (art. 5º, Lei nº 14.133/2021; IN SEGES/MP nº 01/2010);
- Declaração de idoneidade e ausência de conflito de interesses;
- Declaração de que não possui, em seu quadro, profissional que seja servidor ou dirigente do CIMINAS ou de qualquer município consorciado participante.

12.7.12. Todos os documentos a apresentar, deverão estar dentro do prazo de validade neles indicados pelo órgão expedidor. Na falta dessa indicação expressa, somente serão considerados válidos aqueles expedidos nos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização desta licitação, exceto para os Atestados Técnicos e ressalvadas as hipóteses de a Licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior, mediante indicação de norma legal pertinente.

12.7.13. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.7.14. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13. DA PROPOSTA TÉCNICA – CRITÉRIO TÉCNICA E PREÇO

13.1. A Proposta Técnica, conterá os três componentes abaixo, com pontuação máxima de 100 (cem) pontos:

Componente	Código	Peso (%)	Pontuação máxima	Critério de avaliação
PT-1: Plano de Trabalho BIM	PT1	30%	30 pontos	Qualidade e completude do protocolo CDE, fluxo de dados BIM e cronograma por LOD.
PT-2: Capacidade da Equipe Técnica	PT2	40%	40 pontos	Qualificação e experiência comprovada dos profissionais-chave.
PT-3: Experiência Operacional em BIM	PT3	30%	30 pontos	Portfólio de projetos BIM em edificações de uso coletivo, pontuado progressivamente por quantidade e porte.
TOTAL	—	100%	100 pontos	$NF = (NT \times 0,70) + (NP \times 0,30)$

13.1.1.NOTA TÉCNICA MÍNIMA: Serão **AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADAS** as propostas que obtiverem Pontuação Técnica Total (PT1 + PT2 + PT3) inferior a 50 (cinquenta) pontos, conforme art. 36, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Essa nota mínima está calibrada para garantir padrão mínimo de qualidade técnica, sem elevar artificialmente a barreira de entrada.

13.2. PT-1 – Plano de Trabalho BIM (0 a 30 pontos)

13.2.1. A proposta técnica deve apresentar PLANO DE TRABALHO BIM descrevendo como a empresa pretende executar os serviços, contemplando os seguintes subcritérios, com faixas de pontuação OBJETIVAS E VERIFICÁVEIS:

Subcritérios	0 pontos	Até 10 pontos (parcial)	10 pontos (completo)	Ponto máximo
PT-1.1 – Protocolo CDE (Common Data Environment)	Não apresentou estrutura de CDE ou apresentou estrutura genérica sem especificidades BIM	Apresentou estrutura de CDE com controle de versões, mas sem gestão de status de arquivo ou sem nomenclatura padronizada documentada	Apresentou CDE com controle de versões, gestão de status (mínimo: trabalho em progresso / compartilhado para revisão / aprovado para uso / aprovado para obra, ou equivalente funcional), nomenclatura baseada em padrão documentado compatível com ISO 19650-2, com fluxo de aprovação e	10 pts.

Cone

			rastreabilidade de acesso demonstrado	
PT-1.2 – Cronograma BIM por LOD	Não apresentou cronograma ou apresentou cronograma sem vínculo com os Níveis de Desenvolvimento (LOD)	Apresentou cronograma com LOD discriminado, mas sem datas, responsáveis ou marcos de entrega definidos	Apresentou cronograma detalhado com marcos de entrega por LOD (100, 200, 300 e 350/400 conforme aplicável), datas definidas, responsáveis por disciplina e identificação do caminho crítico	10 pts.
PT-1.3 – Protocolo de Compatibilização (Clash Detection)	Não apresentou protocolo de compatibilização ou apresentou protocolo sem metodologia sistemática	Apresentou protocolo de compatibilização com metodologia de detecção de interferências, mas sem classificação, periodicidade definida ou fluxo de resolução documentado	Apresentou protocolo completo: metodologia sistemática de clash detection (Hard, Soft e Workflow Clash), periodicidade quinzenal definida, fluxo de resolução com responsáveis, modelo de relatório e critério de aceite (zero Hard Clashes antes da emissão aprovada)	10 pts.

13.3. PT-2 – Capacidade da Equipe Técnica (0 a 40 pontos)

13.3.1. A pontuação é atribuída com base nos acervos técnicos e qualificações dos profissionais-chave declarados pelo licitante, comprovados por atestados e certificados. A declaração da equipe na proposta técnica é vinculante – os profissionais devem ser mantidos durante toda a execução contratual.

Profissional	Critério objetivo de pontuação	Pts. mínimos	Pts. intermediários	Pts. máximos	Pontuação máxima
Coordenador BIM / BIM Manager (Engenheiro Civil ou Arquiteto com registro CREA/CAU)	Comprovação de atuação como coordenador/responsável técnico BIM em projetos de edificações de uso coletivo, por atestados de pessoa jurídica pública ou privada	5 pts: participação em 2 a 3 projetos BIM (LOD \geq 200), área total \geq 3.000 m ²	10 pts: participação em 4 a 6 projetos BIM (LOD \geq 200), área total \geq 6.000 m ²	15 pts: participação em 7 ou mais projetos BIM (LOD \geq 200) como coordenador responsável, área total \geq 10.000 m ²	15 pts

Engenheiro Civil com experiência em estruturas para edificações de uso coletivo (registro CREA)	Comprovação de responsabilidade técnica (ART) em projetos de estrutura (metálica, concreto armado ou mista) para edificações de uso coletivo	4 pts: 1 projeto com área estrutural $\geq 500 \text{ m}^2$	7 pts: 2 a 3 projetos com área total $\geq 2.000 \text{ m}^2$	10 pts: 4 ou mais projetos com área total $\geq 4.000 \text{ m}^2$, com ao menos 1 em metodologia BIM (LOD ≥ 200)	10 pts
Arquiteto com experiência em edificações de uso público ou coletivo (registro CAU)	Comprovação de responsabilidade técnica (RRT) em projetos arquitetônicos de edificações de uso coletivo	3 pts: 1 a 2 projetos arquitetônicos de uso coletivo com área total $\geq 500 \text{ m}^2$	5 pts: 3 a 5 projetos com área total $\geq 2.000 \text{ m}^2$	8 pts: 6 ou mais projetos arquitetônicos de uso coletivo com área total $\geq 4.000 \text{ m}^2$, com ao menos 1 em BIM	8 pts
Modelador BIM Sênior (profissional técnico, engenheiro ou arquiteto)	Comprovação de experiência em modelagem BIM com software compatível com IFC, por declaração de empregador ou atestado de participação em projeto	2 pts: 2 a 3 anos de experiência em modelagem BIM comprovada	5 pts: 4 a 6 anos de experiência, com participação em ao menos 1 projeto LOD ≥ 300	7 pts: 7 ou mais anos de experiência, com participação em ao menos 3 projetos LOD ≥ 300	7 pts
Soma máxima PT-2	—	—	—	—	40 pts

13.4. PT-3 – Experiência Operacional em BIM (0 a 30 pontos)

13.4.1. A pontuação de PT-3 é atribuída com base no portfólio de projetos BIM da empresa licitante (não dos profissionais individualmente), comprovado por Atestados de Capacidade Técnica (CAT) acervados no CREA ou CAU ou por atestados simples para serviços sem ART/RRT obrigatória:

Nível	Critério objetivo e verificável	Pontuação
Nível 1 – Básico	1 (um) projeto BIM com LOD ≥ 300 em edificação de uso coletivo (público ou privado) com área total $\geq 2.000 \text{ m}^2$ (dois mil metros quadrados), comprovado por atestado com identificação do contratante e especificação do LOD atingido	10 pontos
Nível 2 – Intermediário	2 (dois) projetos BIM com LOD ≥ 300 em edificações de uso coletivo com área $\geq 2.000 \text{ m}^2$ cada (podendo ser atestados de contratos distintos), pelo menos 1 (um) deles em disciplinas de engenharia (estrutural, elétrico, hidrossanitário ou MEP)	20 pontos

Nível 3 – Avançado	3 (três) ou mais projetos BIM com LOD ≥ 300 em edificações de uso coletivo com área $\geq 1.500 \text{ m}^2$ cada, sendo ao menos 1 (um) em estrutura metálica, concreto armado ou sistema misto, e ao menos 1 (um) multidisciplinar (abrangendo arquitetura + ao menos 2 disciplinas de engenharia)	30 pontos
--------------------	---	-----------

13.4.2. NOTA: A pontuação de PT-3 é PROGRESSIVA E EXCLUSIVA – atribui-se apenas o nível mais alto atingido pelo licitante (não se somam os níveis). Projetos de uso coletivo público OU privado são aceitos, sem distinção.

13.5. Fórmula de Julgamento e Classificação Final

Variável	Descrição / Fórmula	Observações
PT (Pontuação Técnica)	Somatório: $PT1 + PT2 + PT3$ (máximo = 100 pontos)	Mínimo 50 pontos para prosseguir
NT (Nota Técnica normalizada)	$NT = PT / 100$	Resultado entre 0,00 e 1,00
NP (Nota de Preço)	NP = Menor preço válido dentre as propostas classificadas / Preço ofertado pelo licitante	Resultado entre 0,00 e 1,00
NF (Nota Final)	$NF = (NT \times 0,70) + (NP \times 0,30)$	Resultado entre 0,00 e 1,00
Classificação	Ordem DECRESCENTE de NF	Maior NF = melhor colocado
1º critério de desempate	Maior NT (nota técnica)	Prioriza qualidade técnica
2º critério de desempate	Menor preço global	Em caso de NF e NT iguais
3º critério de desempate	Sorteio em sessão pública	Art. 60, § 2º, Lei 14.133/2021

14.DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **www.licitanet.com.br**.

14.2. Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horários definidos no preâmbulo deste edital.

14.3. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico.

14.4. O upload da proposta no site **www.licitanet.com.br** será de total responsabilidade da licitante, a qual deverá se certificar de que a proposta anexada seja visível e legível em sua integridade, em folha de tamanho A4, sem a necessidade de qualquer ação do Agente de Contratação que não seja abrir e imprimir o arquivo, devendo conter obrigatoriamente as informações constantes no Anexo II deste edital, sob pena de desclassificação.

14.5. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento as exigências de habilitação previstas no Edital.

14.6. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo com firmes e verdadeiras as suas propostas durante a sessão pública.

14.7. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no Edital e respectivos anexo.

14.8. A proposta de preços deverá conter obrigatoriamente:

- Preço unitário para cada item da Planilha Orçamentária, expresso em reais com no máximo 2 (duas) casas decimais;
- Preço global total, obtido pelo somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades estimadas, acrescido do BDI;
- BDI discriminado, com detalhamento de cada componente percentual (overhead, riscos, tributos, encargos complementares e lucro);
- Prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública;
- Declaração expressa de que o preço ofertado inclui todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais e previdenciários, impostos, taxas, contribuições, BDI, fretes, deslocamentos, hospedagem, ferramentas, software, equipamentos, seguro, treinamento de equipe interna e demais despesas necessárias à plena execução do objeto;
- Cronograma físico-financeiro estimado, com distribuição mensal das receitas previstas.

14.9. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data - limite prevista para entrega das propostas (Lei nº 14.133/2021, art. 90, § 3º).

14.10. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência neste SRP, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

14.11. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

14.12. Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

14.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio e para acesso público.

14.14. Sob pena de desclassificação, as licitantes deverão apresentar declaração expressa de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (conforme disposto no parágrafo § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021), bem como, todos e quaisquer tributos, contribuições e encargos sociais, e todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, ferramentas, lucro, seguros e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa discriminados no Termo de Referência e especificações.

14.15. A proposta será julgada pelo **MENOR PREÇO**.

15. DA AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS INICIAIS

15.1. Apresentadas as propostas caberá à Administração examinar as ofertas coletadas. Neste momento, o Agente de Contratação verificará o preenchimento dos requisitos previstos na legislação e no edital – exame de aceitabilidade –, e avaliará o conteúdo a partir do critério definido neste instrumento convocatório, analisando os benefícios para o órgão licitante de cada oferta – exame de vantajosidade.

15.2. Assim, a fase de apreciação das propostas está conectada com o art. 33 da Lei nº 14.133/2021, e uma vez que as propostas sejam compatíveis com o que dispõe a lei e o edital, serão aceitas.

15.3. Entretanto, pode ser que os participantes apresentem ofertas que não se enquadrem nos ditames legais e editalício, ensejando a sua desclassificação, disciplinada pelo art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

15.4. Os defeitos de uma proposta poderão ser formais – *relativos às exigências de exteriorização da oferta* – ou substanciais – *pertinentes aos requisitos de conteúdo*. Entretanto, não significadizerquetodososdefeitosformaissãoanáviseossustanciais,insanáveis, sendo necessário analisar o processo licitatório, seu edital e as propostas apresentadas para avaliar a extensão da falha identificada. Assim, quanto aos defeitos formais, disciplinou o art. 12, inciso III da Lei nº 14.133/2021:

Art.12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

III – o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

(...).”

15.5. O Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes erros ou falhas formais sanáveis, que não afetem ao seu conteúdo e que não comprometam o interesse público e da Administração.

15.6. Conforme o art.59 da Lei nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas iniciais que:

15.6.1. Identifiquem o licitante;

15.6.2. Contiverem vícios insanáveis;

15.6.3. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

15.6.4. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15.6. O agente de contratação após abertura da sessão, analisa as propostas, avalia e pontua a parte técnica de cada licitante.

15.1.1. Essas propostas ficam sigilosas até a abertura da sessão, **MODO FECHADO**, nos termos que preconiza, o artigo 56, inciso II da Lei 14.133/2021, justifica-se pela necessidade de preservar a isonomia entre os licitantes e evitar a excessiva redução dos preços em detrimento da qualidade técnica das propostas. A inexistência de fase de lances impede a adoção de estratégias oportunistas baseadas exclusivamente na redução de preços, incentivando os licitantes a apresentarem, desde o início, propostas mais consistentes e equilibradas, tanto sob o aspecto técnico quanto econômico.

15.2. Proposta de Preço: Apenas as propostas de preço que atenderem aos requisitos técnicos mínimos são consideradas.

15.3. Ponderação (Técnica x Preço): Aplica-se a fórmula matemática prevista no edital para calcular a nota final.

15.4. Classificação e Desempate: Os licitantes são ordenados pela nota global. Em caso de empate, utilizam-se critérios de desempate (item 17).

15.5. Habilitação: O vencedor é habilitado após a verificação dos documentos, passando, em seguida, para a fase recursal.

15.6. Conforme o art. 59 da Lei nº14.133/2021, serão desclassificadas, as propostas que:

- ✓ Contiverem vícios insanáveis;
- ✓ Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- ✓ Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- ✓ Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- ✓ Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- ✓ Em observação ao disposto no § 1º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 cabe ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio, na análise para desclassificação das propostas, observar que a verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

15.7. Desta forma, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021:

“Art.59. Serão desclassificadas as propostas que:

...

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

15.8. Não obstante isto, a presunção de inexequibilidade não é absoluta, conforme decisão adotada no Acórdão nº 465/2024 – Plenário do STF, o qual avaliou representação em face da desclassificação de propostas por inexequibilidade de preço, na forma prevista pelo § 4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, sem que a Administração concedesse a oportunidade de as licitantes demonstrarem a exequibilidade dos valores propostos previamente. O Ministro Relator fez questão de tecer comentários a respeito da matéria, para concluir que **“o critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta, nos termos do art. 59, § 2º, da mesma lei”**, no que foi seguido pelos seus pares. (Destacamos.)

15.9. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

15.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

15.11. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobre preço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

15.12. Serão desclassificadas as propostas com valor global inferior a 70% (setenta por cento) do valor global estimado (art. 59, § 1º, Lei nº 14.133/2021), salvo se o licitante demonstrar, mediante Planilha de Composição de Custos detalhada, a plena exequibilidade dos preços ofertados, sujeita à análise e aprovação da Comissão de Contratação.

15.13. Conforme o § 5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

15.14. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

15.15. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

15.16. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

15.17. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

15.18. Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo Agente de Contratação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

16. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

16.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

16.2. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais.

16.3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, conforme disposto no art. 60º da Lei Federal nº 14.133/2021, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

16.3.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

16.3.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

16.3.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

16.3.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

16.3.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será utilizado o critério de desempate previsto no § 1º do art. 60º da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. DOS RECURSOS E /OU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

17.1. Na forma do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

17.1.1. Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

17.1.2. Julgamento das propostas;

17.1.3. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

17.1.4. Anulação ou revogação da licitação.

17.2. Cabe ainda, pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do julgamento das propostas e ato de habilitação ou inabilitação de licitante, serão observadas as seguintes disposições:

17.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei, da ata de julgamento;

17.3.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.5. Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

17.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no site do Município.

17.8. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.10. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

18. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, conforme art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

18.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

18.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

18.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

18.1.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

18.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na

Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

19.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

19.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

19.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

19.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

19.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

19.6. Será permitida a adesão a ARP nos termos estabelecidos na lei 14.133/21 e no regulamento interno do Ciminias, se houver.

19.7. VIGÊNCIA DA ARP:

- 12 (doze) meses contados da data de publicação da ARP no PNCP;
- Prorrogável uma única vez, por igual período, desde que: (I) pesquisa de mercado confirme a vantajosidade dos preços registrados; (II) o fornecedor concorde expressamente; e (III) não haja alteração substancial do objeto (art. 84, § 6º, Lei nº 14.133/2021).

19.8. O registro de preços poderá ser cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, nas seguintes hipóteses: (I) descumprimento pelo fornecedor das condições da ARP; (II) não aceitação de redução de preço quando os registrados se tornarem superiores aos de mercado; (III) dissolução da empresa; (IV) força maior ou caso fortuito que impossibilite o cumprimento da ARP; (V) a pedido do fornecedor, com justificativa fundamentada e antecedência mínima de 30 dias.

19.9. CANCELAMENTO DO REGISTRO – art. 85, Lei nº 14.133/2021: O registro de preços poderá ser cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, nas seguintes hipóteses: (I) descumprimento pelo fornecedor das condições da ARP; (II) não aceitação de redução de preço quando os registrados se tornarem superiores aos de mercado; (III) dissolução da empresa; (IV) força maior ou caso fortuito que impossibilite o cumprimento da ARP; (V) a pedido do fornecedor, com justificativa fundamentada e antecedência mínima de 30 dias.

19.10. GERENCIAMENTO DA ARP: O CIMINAS manterá controle informatizado das quantidades registradas e contratadas por item, por órgão participante e por carona. Qualquer contratação decorrente da ARP deverá ser precedida de verificação de saldo disponível e publicação no PNCP. O fornecedor registrado será convocado mensalmente para apresentar relatório de capacidade de atendimento à demanda estimada.

20. DOS CONTRATOS DECORRENTES DA ARP

20.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por instrumentos contratuais específicos, celebrados entre o fornecedor registrado e o órgão participante ou aderente, observados os arts. 89 a 123 da Lei nº 14.133/2021, e deverão conter obrigatoriamente:

- Objeto detalhado: descrição precisa das disciplinas/itens contratados, áreas, locais, prazos de entrega e padrão de nível de desenvolvimento (LOD) exigido;
- Preço unitário por item e valor total do contrato, com referência expressa à ARP;

- Plano BIM específico do contrato, aprovado pelo CIMINAS: protocolo CDE adotado, nomenclatura de arquivos, fluxo de aprovação, cronograma de entregas por LOD e responsáveis por disciplina;
- Garantia de execução de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato (art. 96, III, Lei nº 14.133/2021);
- Cláusula de propriedade intelectual: cessão automática e integral ao município contratante e ao CIMINAS de todos os direitos sobre os projetos, modelos BIM, planilhas e documentos técnicos entregues, vedada qualquer utilização pelo contratado para fins de terceiros sem autorização expressa;
- Cláusula de sigilo e confidencialidade sobre dados e informações dos municípios;
- Obrigações do fiscal de contrato e do gestor de contrato (art. 117, Lei nº 14.133/2021);
- Sanções e penalidades específicas do contrato (arts. 155 a 163);
- Prerrogativas da Administração (art. 104): alteração unilateral, rescisão, fiscalização, aplicação de sanções.

21. PRAZO DOS CONTRATOS

21.1. Prazo de execução: definido por Ordem de Serviço específica, conforme cronograma do Plano BIM do contrato;

21.2. Vigência contratual máxima: 24 (vinte e quatro) meses por contrato, prorrogável até o limite de 10 (dez) anos para serviços contínuos de natureza intelectual (art. 107, Lei nº 14.133/2021);

21.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de vigência da respectiva ARP, ainda que a execução contratual se estenda para além desse período, desde que observadas as condições nela estabelecidas.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

22.1. Pagamento mensal mediante aprovação formal do Relatório de Progresso BIM e emissão de Nota Fiscal eletrônica;

22.2. Prazo de pagamento: 30 (trinta) dias corridos após o aceite formal e a emissão da Nota Fiscal;

22.3. Retenção de 5% (cinco por cento) de garantia sobre cada medição, liberada integralmente no ato do recebimento definitivo do contrato;

22.4. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor que estiver com situação irregular perante a Seguridade Social, FGTS ou Justiça do Trabalho;

22.5. Atraso de pagamento superior a 30 (trinta) dias, sem causa imputável ao fornecedor, enseja correção pelo IPCA-E mais juros de 0,5% ao mês (art. 141, § 3º, Lei nº 14.133/2021).

23. FISCALIZAÇÃO

23.1. O CIMINAS designará, para cada contrato decorrente da ARP, Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato distintos (art. 117, Lei nº 14.133/2021), sendo o fiscal, preferencialmente, profissional técnico com familiaridade em BIM. As reuniões de coordenação BIM serão realizadas quinzenalmente, no mínimo, com lavratura de ata formal assinada por ambas as partes. Para contratos com prazo superior a 60 (sessenta) dias, é obrigatória a manutenção de Diário de Projeto eletrônico no CDE.

24. DOS RECURSOS – art. 165, Lei nº 14.133/2021

24.1. Cabe recurso das decisões da Comissão de Contratação, no prazo de 3 (três) dias úteis da intimação ou lavratura da ata, via sistema eletrônico;

24.2. Os demais licitantes terão prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar contrarrazões, contados do término do prazo recursal do recorrente;

24.3. O recurso será dirigido à autoridade competente do CIMINAS, que decidirá no prazo de 10 (dez) dias úteis;

24.4. O recurso possui EFEITO SUSPENSIVO automático sobre o ato impugnado, até decisão final (art. 165, § 2º, Lei nº 14.133/2021).

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. FUNDAMENTO LEGAL: A inexecução total ou parcial do objeto, o descumprimento de obrigações acessórias, a prática de atos ilícitos durante o certame ou durante a execução do contrato sujeitarão o responsável às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, observado o contraditório e a ampla defesa (art. 157).

25.2. TABELA DE INFRAÇÕES E SANÇÕES:

Infração	Sanção principal	Sanção acessória	Prazo máx.	Fundamento
Apresentação de documentação falsa ou declaração falsa em qualquer fase	Impedimento de licitar e contratar em qualquer ente público + multa de 30% sobre o valor do objeto estimado	Publicação no CEIS e CNEP; comunicação ao Ministério Público	3 anos	Art. 155, VIII; art. 156, III e IV, Lei 14.133/2021
Recusar-se a assinar a ARP ou o contrato após convocação	Impedimento de licitar e contratar + multa de 20% sobre o valor estimado	Execução da garantia de proposta (se aplicável)	3 anos	Art. 155, VI; art. 156, III, Lei 14.133/2021
Inexecução parcial culposa (atraso ou entrega incompleta)	Multa moratória de 0,5% ao dia sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10%; após 20 dias: advertência formal	—	—	Art. 155, I; art. 156, I e II, Lei 14.133/2021
Inexecução parcial de alto potencial de dano (abandono parcial, fraude de medição)	Multa de até 20% sobre o valor não executado + impedimento de licitar	Publicação no CEIS	3 anos	Art. 155, II; art. 156, III, Lei 14.133/2021
Inexecução total (abandono ou não início)	Multa de 30% sobre o valor total do contrato + impedimento de licitar	Publicação no CEIS e no CNEP; execução integral da garantia	3 anos	Art. 155, III; art. 156, III, Lei 14.133/2021

Ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado	Multa de 0,5% ao dia sobre o valor do contrato, até 10%	Advertência formal; comunicação ao gestor do contrato	—	Art. 155, VII, Lei 14.133/2021
Fraude à licitação ou comportamento inidôneo	Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar em toda a Administração Pública + multa de até 30% do objeto	Publicação no CEIS, CNEP e nos cadastros do TCE-MG; comunicação ao TCU	3 a 6 anos	Art. 155, X e XI; art. 156, IV, Lei 14.133/2021
Descumprimento de obrigação acessória (não entrega de relatório, ART/RRT, documentação técnica, acesso ao CDE)	Multa de 0,5% ao dia sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 5%	Notificação formal e suspensão do pagamento da parcela até regularização	—	Art. 155, V; art. 156, II, Lei 14.133/2021

25.3. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Após o trânsito administrativo, serão publicadas no PNCP, no CEIS e comunicadas ao TCE-MG.

25.4. A aplicação das sanções não exclui a responsabilidade civil pelo ressarcimento integral dos danos causados à Administração e a terceiros, nem a responsabilidade penal, conforme legislação específica.

26. DA SUSTENTABILIDADE E CRITÉRIOS AMBIENTAIS

26.1. Esta contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/MP nº 01/2010 atualizada, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 7, 9, 11, 12 e 13). Os projetos elaborados devem contemplar, quando tecnicamente viáveis:

- Especificação de materiais com certificação ambiental reconhecida (PROCEL, ENCE, FSC/PEFC, IBD ou equivalente);
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção e Demolição (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 e legislação estadual/municipal aplicável;
- Sistemas de captação e reuso de água pluvial para atividades que dispensem o uso de água potável (lavagem de pisos, irrigação);
- Previsão de sistema de geração fotovoltaica para autoconsumo (art. 6º, Dec. 11.163/2022), quando a edificação tiver área de cobertura $\geq 200 \text{ m}^2$ e condições de irradiação favoráveis;
- Iluminação 100% em tecnologia LED com sensores de presença nas áreas de uso intermitente e controle automático de iluminação natural;
- Conformidade com o Regulamento Técnico de Qualidade para a Eficiência Energética de Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas – RTQ-C (INI-C ELETROBRAS);
- Especificação de coberturas e vedações com desempenho térmico superior ao mínimo normativo (NBR 15220 e NBR 15575), adequado à zona bioclimática de cada município;
- Documentação para obtenção de certificação ambiental voluntária (AQUA-HQE, LEED ou equivalente), quando solicitada pelo município.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O presente processo foi elaborado com apoio técnico de consultoria especializada, sendo a responsabilidade formal pela aprovação e publicação dos documentos do servidor público indicado na capa deste Edital, nos termos do art. 18, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

27.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Contratação, mediante decisão fundamentada nos princípios da Lei nº 14.133/2021, nos precedentes do TCU e do TCE-MG, e no interesse público, com publicidade no PNCP.

27.3. É eleito o foro da Comarca de Araxá, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste certame e dos contratos dele advindos, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

27.4. Integram este edital, como partes inseparáveis:

Anexo	Denominação	Conteúdo resumido
I	Termo de Referência –	Especificações técnicas completas: objeto, escopo, metodologia BIM, LOD, CDE, sistemas construtivos, tipologias, obrigações, recebimento, pagamento e entregas documentais
II	Estudo Técnico Preliminar (ETP)	Levantamento de necessidades, justificativa da contratação, estimativa de demanda por município, análise de soluções alternativas e conclusão (obrigatório – art. 18, Lei 14.133/2021)
III	Análise de Riscos	Mapeamento de riscos do contrato por probabilidade e impacto, com medidas de mitigação e alocação de responsabilidades (obrigatório – art. 22, § 1º, I, Lei 14.133/2021)
IV	Minuta da Ata de Registro de Preços	Instrumento contratual da ARP com cláusulas obrigatórias conforme IN SEGES 73/2022, arts. 33-48
V	Minuta de Contrato	Modelo de instrumento contratual com cláusulas obrigatórias (fiscalização, sanções, garantia, reequilíbrio)

Araxá/MG, 23 de abril de 2026.

ROBSON DE SOUZA GAMA
CIMINAS